

Boletim Número 23**Data: Março-Abril/2004****EDITORIAL**

O vigésimo terceiro número do Boletim do Programa de Estudos de América Latina e Caribe enfoca alguns temas que se evidenciaram no período de cobertura dessa edição. Obviamente, os problemas sociais, econômicos e políticos que nos afetam não desapareceram e portanto continuam sendo o centro de nossas atenções. O mal-estar frente os efeitos perversos da globalização neoliberal continua, apresentando sintomas cada vez mais graves. Afinal, na América Latina a limitada democracia que vivenciamos a partir dos anos 90, trouxe a precarização do trabalho, o aumento vertiginoso da pobreza, a vulnerabilidade externa, o endividamento desenfreado. Tudo sob o nome das políticas de ajuste e estabilização. Não por acaso, vivenciamos hoje uma espécie de harakiri estatal. Esta tendência potencializou “a regressão antidemocrática de que sofrem os estados da América Latina que caminham vazios de seus conteúdos democráticos e debilitados de sua capacidade de intervenção”, conforme observou Atilio Borón.

Um dos riscos definidores desta crise é a progressiva adoção de âmbitos mais “técnicos” - e, por conseqüência, distantes das decisões populares e democráticas - de um número crescente de temas que formam o bem estar coletivo e que são tratados por “especialistas” nas sombras, e à margem de qualquer controle público.

Essas e outras questões são abordadas em nosso periódico de diferentes formas, reforçando o compromisso que nosso Programa assume com as questões da América Latina, no sentido de promover o debate e a crítica ao senso comum que anula as possibilidades de reflexão e o real conhecimento de nossa região. A hegemonia neoliberal imposta em quase toda região, pelos governos de diferentes países, sobretudo a partir do início da década passada, construiu uma realidade inegavelmente mais pobre e miserável em muitos de nossos países. Os processos políticos atuais presentes na América Latina não podem ser compreendidos fora deste contexto. Ultrapassar a grave situação social e econômica em que nos encontramos hoje exige que lembremos que “ser radical é pegar a crítica pela raiz”. Os artigos aqui apresentados confirmam a validade dessa afirmação de Marx.

Seguindo essa direção, nesse número também apresentamos os artigos de alguns pesquisadores de nossa equipe. O primeiro de Renata Mena Brasil do Couto resgata a origem histórica do 08/03 enquanto Dia Internacional da Mulher e retoma a história do movimento operário, das lutas e conquistas na construção de um solo fértil para a construção de seus projetos e reivindicações. Já o artigo de Verônica Massari Calvente e Bruno Sayão Rosa realiza um significativo balanço dos 40 anos da Ditadura Militar no Brasil. Por fim a Coluna Espaço Aberto destaca os diversos setores que começam a batalha pelo ensino público com a intenção de barrar a reforma proposta pelo atual governo.

Silene de Moraes Freire

Em Foco I

As Origens Revolucionárias do 8 de Março

*Renata Brasil**

Este artigo objetiva resgatar a origem histórica do 8 de março enquanto Dia Internacional da Mulher. Apesar de ser, hoje, celebrado no mundo todo, ainda são raras as informações a esse respeito. Esta não publicização nos motivou a escrever este artigo, já que buscamos retomar a história do movimento operário, das suas lutas e das suas grandes realizações constitui um solo fértil para a construção de seus projetos e reivindicações.

Entendemos o 8 de março como uma iniciativa da classe operária mundial, sendo que, posteriormente, o imperialismo adaptou esta conquista operária, procurando apagar suas origens revolucionárias.

A data do 8 de março relaciona-se à luta das operárias têxteis de Nova Iorque. Foi uma das primeiras greves destas operárias, no ano de 1857, que acabou originando esse marco. Nesta greve as operárias permaneceram paradas durante semanas e foram brutalmente reprimidas pela polícia e pelos patrões. Esta perseguição culminou em um episódio fatídico onde atearam fogo numa fábrica ocupada por 129 operárias que acabaram morrendo carbonizadas. Na realidade, esta greve das operárias têxteis, no século passado, foi um primeiro momento da luta feminina, que se transformaria, no início do século XX, num movimento internacional reivindicando o fim da discriminação.

Em 1907, no dia 8 de março, uma comemoração desta greve vai iniciar, nos EUA, um ciclo de mobilizações de massa de mulheres, expressando o fenômeno da superexploração da sua mão-de-obra pelo capitalismo. Neste ano as operárias e os socialistas de Nova Iorque convocaram uma grande “Marcha da Fome”, para reivindicar a diminuição da jornada de trabalho para 10 horas, melhores salários e condições de trabalho. Esta marcha acabou sendo brutalmente reprimida pela polícia de Nova Iorque.

Foi em 1910, no II Congresso Internacional das Mulheres Socialistas, realizado na Dinamarca, que o dia 8 de março foi declarado Dia Internacional da Mulher. Nesta conferência foi aprovada a proposta feita por Clara Zetkin, responsável pela organização do trabalho de mulheres da social democracia alemã e editora do jornal de mulheres do partido, “Igualdade”. Segundo Clara, era necessário estabelecer um dia como referência mundial de luta para as mulheres ao passo que, tanto na Europa como nos EUA, os partidos socialistas já vinham realizando manifestações com este caráter, reunindo milhares de pessoas. Como plataforma para a organização das manifestações do Dia Internacional da Mulher foi aprovada a luta pelo direito de voto feminino, o sufrágio universal e o seguro-maternidade para todas as mulheres casadas com filhos.

Logo no ano seguinte, mais de um milhão de pessoas fizeram grandes manifestações pelo reconhecimento dos direitos da mulher. Manifestações pela dupla libertação da mulher: da opressão do machismo e da exploração dos donos do capital. Devemos ressaltar também que, ainda que reconheçamos a importância da greve do dia 8 de março de 1857, corroboramos com a autora canadense Renée Cote que em seu livro, “Le Journée Internationale des Femmes”, afirma que a história do 8 de Março estaria intimamente ligada a manifestação de trabalhadoras na Rússia em 8 de março de 1917, que fez explodir uma greve que acabou derrubando o regime do Czar. Ela afirma que por várias razões este fato teria sido ocultado e encoberto com a “história oficial” das trabalhadoras de Nova York, em 1857.

Acreditamos que o Dia Internacional da Mulher vai se estabelecer definitivamente no 8 de março de 1917 com a vitória da Revolução na Rússia. Foi a manifestação convocada pelas operárias ligadas ao socialismo russo, o estopim da Revolução de Fevereiro de 1917, ao se transformar em uma greve geral na enorme concentração operária do bairro Viborg em S. Petersburgo, principal cidade industrial do país. Com a vitória do proletariado, o governo soviético transformou a data em feriado comunista, procurando impulsionar a luta internacional das mulheres.

Até o final dos anos 60 do século XX, ainda no período de Guerra Fria, os EUA, se opunham a que fosse comemorado o Dia Internacional da Mulher, pelo seu caráter revolucionário. Será o ascenso que percorreu o mundo em 1968 que vai trazer novamente as comemorações do 8 de março para o terreno das manifestações de massa fazendo surgir no mundo inteiro amplos movimentos de libertação da mulher, bem como teorias

feministas de caráter pequeno-burguês que evoluíam no vazio deixado pelo movimento operário revolucionário.

Com o mundo convulsionado pelas mobilizações políticas do final dos anos 60 e na década de 70 o imperialismo vai mudar sua política, adotando a democracia como controle, simbolizada pela política de “direitos humanos” do presidente norte-americano Jimmy Carter. A decretação pela ONU, do ano de 1975, como Ano Internacional da Mulher vai corresponder a esta mudança de política onde o imperialismo passa a apoiar, demagogicamente, algumas reivindicações populares, dando uma nova face para a mesma política de ataque aos trabalhadores e trabalhadoras. Em 1977 a Unesco declarará oficialmente o 8 de Março como o Dia Internacional da Mulher.

Estas iniciativas serviram para tentar apagar a história dos verdadeiros movimentos de defesa da mulher, os socialistas e a Revolução Russa, ao mesmo tempo em que reciclou a imagem repressiva e reacionária da burguesia imperialista para conseguir submeter ainda mais a classe trabalhadora à uma situação de exploração.

E, embora as lutas das mulheres tenham obtido algumas conquistas democráticas importantes, estas ainda permanecem, como gênero feminino, em condição de inferioridade em relação ao homem. Não são poucas as mulheres que ainda recebem pelo mesmo trabalho salários menores aos do homem, possuem dupla jornada de trabalho (escrava do patrão e do marido), procriam para abastecer o mercado da prostituição e trabalho infantil e são alvos da violência doméstica crescente.

A burguesia e a esquerda reformista, que se adaptou às concepções policlassistas, tentam minimizar a consciência de classe do proletariado. Primeiro, buscam usurpar o caráter operário e de luta contra o capitalismo do Dia Internacional da Mulher, transformando-o numa mera data festiva para homenagear as mulheres em geral. Segundo, alimentam ilusões no feminismo pequeno-burguês que reduz a luta pela emancipação da mulher a uma mera questão de gênero, camuflando a raiz de classe do problema. Coerente com esta política de conciliação de classes é que a esquerda reformista apresenta como solução para a violência contra a mulher a repressão estatal (delegacias de mulheres), semeando a ilusão de que as instituições burguesas poderiam exercer um papel de moderadores em relação aos “excessos” da violência doméstica contra a mulher, um dos desdobramentos provocado pela crise econômica.

Não menos diferente é a proposta de sistema de reserva de cotas de participação de mulheres nas entidades e eleições, o que representa uma medida compensatória para promover artificialmente a participação feminina, através de critérios formais e administrativos, que privilegiam a divisão de gênero na sociedade em detrimento da consciência e da unidade da classe operária.

É por isso que, não somente no Dia Internacional da Mulher, devemos repensar o significado de nossas lutas, buscando fortalecer os laços de solidariedade de classe, a fim de lutarmos contra a opressão não só sobre as mulheres, mas sobre a classe trabalhadora, sobre os homossexuais, sobre os negros e sobre as minorias étnicas.

*Graduanda da FSS/UERJ, Bolsista de Iniciação Científica do PROEALC.

Em Foco II

Os 40 anos de um Golpe que não podemos esquecer

*Bruno Sayão Rosa e Verônica Massari Calvente***

O presente artigo é fruto da nossa percepção da necessidade de apresentarmos uma abordagem crítica de um terrível acontecimento ocorrido há 40 anos: o golpe de Estado de 1964, seguido por um violento regime militar,

que retardou por mais de duas décadas o desenvolvimento da democracia plena e agravou enormemente o parasitismo imperialista sobre o Brasil.

Há 40 anos os militares perpetraram um golpe responsável pela deposição de João Goulart, representando o fim de um limitado ciclo democrático e o início de um dos períodos mais obscuros da nossa história marcado por 21 anos de ditadura militar. O golpe militar pôs em prática a mais impiedosa repressão a tudo o que significasse democracia na sociedade e no Estado brasileiro, fechando imediatamente todos os sindicatos e partidos políticos, cassando parlamentares e juízes, determinado censura na imprensa, invadindo e incendiando a UNE, prendendo, torturando e assassinando dirigentes políticos democráticos e de movimentos sociais, assim como representantes da intelectualidade e da vida cultural brasileira. Contudo, o movimento golpista foi realizado pregando a necessidade de “restabelecimento da ordem social” e de retomada da expansão econômica, liquidando a inflação, diagnosticada como responsável pela estagnação e favorecedora da crise social. A ordem social foi reempessada a ferro e fogo, pela repressão aos líderes sindicais, estudantis, intelectuais, aos artistas, políticos, partidos e organizações, catalogadas como subversivas.

Em toda nossa história republicana, o golpe contra as frágeis instituições políticas do país se constituiu em ameaça permanente. O fantasma do golpe rondou, em especial, os governos democráticos no pós-46 e, com maior intensidade, a partir dos anos 60. No pré-64, as classes dominantes e seus aparelhos repressivos e ideológicos – diante das iniciativas e reivindicações dos trabalhadores (no campo e na cidade) e de setores das classes médias apenas enxergavam “crise de autoridade”, “subversão da lei e da ordem”, “quebra da disciplina e da hierarquia” e “comunicação” do país. Tais demandas, em sua substância, buscavam o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro. Em abril de 1964, o golpe de Estado – apoiado por setores da sociedade civil – foi, então, definitivamente vitorioso.

A doutrina de segurança nacional foi à ideologia oficial da ditadura militar, onde se manipulavam o ideário liberal em função de um objetivo ditatorial com o emprego da tortura como método de coerção. Foi uma ditadura militar que colocou em prática uma política predominantemente favorável ao grande capital monopolista e financeiro nacional e internacional.

Por um lado os índices anuais de crescimento do Produto Interno Bruto/PIB traziam prosperidade para o grande capital: 9,5% (1970), 11,3% (1971), 10,4% (1972), 11,4% (1973). A indústria registrou taxas de 14% anuais, com destaque para a indústria automobilística, com taxas anuais de 25,5%, e a de eletroeletrônicos, de 28%. Até os setores de bens de consumo popular, apresentavam índices excepcionais: 9,1%, em média. As exportações não ficaram atrás registrando aumentos de 32% ao ano, e fazendo com que as importações crescessem no mesmo ritmo. O Estado incentivava, regulava, financiava, protegia e intervinha ativamente nos mais variados setores promovendo melhorias na indústria Petroquímica, na infraestrutura nas áreas de telecomunicações, rodovias, complexo hidrelétrico, nas finanças, na agricultura especialmente na soja, na balança comercial com o aumento e a consolidação de produtos manufaturados na pauta de exportações. O país, comparado metaforicamente a um imenso canteiro de obras, presenciou o surgimento de um nacionalismo exacerbado: Pra Frente, Brasil; Ninguém mais segura este país; Brasil, terra de oportunidades, Brasil, potência emergente, foram alguns dos slogans ideológico-patriótico usado pela ditadura para conquistar a população. E o mais famoso slogan, fruto da necessidade de intimidar, ou mesmo calar a oposição: Brasil ame-o, ou deixe-o.

Por outro lado, o sucesso econômico só foi possível devido ao aumento da dívida externa, que, no período de 1964 a 1978 passou de 2,5 para 40 bilhões de dólares, registrando um crescimento de 1500%. Além de não ter conseguido disfarçar as desigualdades sociais que começaram a serem denunciadas por organismos internacionais, no início dos anos 70. Como disse o próprio general-presidente Médici, embora a economia estivesse bem, o povo, ou pelo menos grande parte dele, ia mal. Os programas sociais, periodicamente anunciados pela propaganda oficial, não apresentavam grandes resultados. O Programa de Integração Nacional/PIN, com base em projetos faraônicos, e a instalação de centenas de milhares de camponeses sem-terra nordestinos em agrovilas, acabou se tornando mais atrativo para o grande capital agro-pecuário. Com o fim do programa, em 1974, caiu por terra as promessas feitas pelo Estado de instalar um milhão de famílias, na realidade apenas 6 mil foram beneficiadas. O ambicioso projeto de erradicar o analfabetismo, o Mobral, que tinha como objetivo alfabetizar 8 milhões de adultos entre 1971 e 1974, acabou também sendo, pouco a pouco deixado de lado. O descaso era tamanho que alguns dos “alfabetizados” do Mobral não sabiam ler e nem sequer assinar o nome. Os mesmo destinos tiveram o Plano Nacional de Saúde, o PIS-PASEP, o FUNRURAL e muitos outros. Alguns nem chegaram a sair do papel.

O fato é que o “milagre” aumentou desigualdades de todo o tipo, sociais e regionais, e foi capaz de beneficiar apenas, de modo substantivo, alguns setores frustrando a promessa de fazer o bolo crescer para depois dividi-lo.

Em síntese, o ano de 1964 significou um golpe contra a incipiente democracia brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores e um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país. Quatro décadas parece ser pouco para apagar os sinais das ditaduras pelas qual nenhuma sociedade passa impunemente. A ditadura produziu uma série de deformações que, quarenta anos depois, ainda são visíveis, com uma cultura política autoritária, que ainda hoje se faz presente através da permanência de lideranças e mecanismos de poder preservados e construídos no período da ditadura. Formou-se, ainda, no país uma pirâmide social cheia de distorções, onde a concentração de renda e de poder formou uma polaridade extremada de um topo milionário e de uma base miserável, onde o topo, já enriquecido, enriqueceu-se ainda mais. E a base miserável, se tornou mais miserável.

O regime militar provocou um imenso atraso na evolução da cultura política brasileira e humilhou uma parte significativa da sociedade do país. Portanto, só agora, quarenta anos depois do golpe e quase vinte após o fim do regime militar, que o Brasil começa a ter adultos nascidos, crescidos e educados em um ambiente de liberdade política, ainda que essa liberdade seja questionável. Entretanto, não podemos negar que essa geração que nasceu na recente fase democrática brasileira pouco ou quase nada conhece sobre esse período histórico (conforme divulgado em pesquisas recentes). Melhor dizendo, as conseqüências da ditadura são sentidas até hoje, constituindo-se o golpe de 1964 momentos de virada repressiva e conservadora chave para entender muitas das mazelas que carregamos 40 anos depois, não conhecê-lo é limitar as possibilidades de superação dessas mazelas.

* Graduandos da FSS e bolsistas do PROEALC

Espaço Aberto

Reformas: Começa a batalha pelo ensino público

Maíra Kubick Mano (Brasil de Fato)

“Um, dois, três, quatro, cinco, mil / ou pára essa reforma ou paramos o Brasil”. O coro, de 1.700 vozes, foi ouvido durante a Plenária Nacional “Vamos barrar essa Reforma Universitária”, em Brasília (DF). O encontro reuniu diversos setores da área de Educação para discutir a proposta de reforma universitária do governo federal. “Não há diálogo com o Ministério da Educação (MEC), precisamos reunir forças para barrar esse projeto”, afirmou a deputada federal Luciana Genro para o auditório, lotado por professores, estudantes e técnicos-administrativos.

O consenso entre os participantes é de que a reforma universitária já está sendo implementada por partes, por meio do Programa Universidade Para Todos (ProUni) – por Medida Provisória, das Parcerias Público-Privadas (PPP) e da Lei de Inovações Tecnológicas. Todas essas propostas elaboradas pelo governo tocam em um mesmo ponto fundamental: financiamento. Enquanto o ProUni isenta as universidades particulares de impostos, as PPP regulamentam o investimento privado na universidade pública.

“É uma expressão da opção feita pelo governo em dar continuidade às reformas neoliberais dos governos anteriores”, coloca José Maria de Almeida, presidente do PSTU e integrante da organização Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Para Roberto Leher, diretor do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes – SN)), a reforma universitária do governo está baseada em relatórios do Banco Mundial. “Não resta a menor dúvida de que a matriz conceitual foi elaborada no documento lançado há dez anos pelo Banco Mundial”, afirmou. Nos grupos de discussão da Plenária a opinião era semelhante: para caracterizar a reforma proposta, os participantes adotaram o termo “mercantilização da educação”.

No encerramento, foi aprovado um calendário de lutas que inclui um dia de paralisação nacional (11 de novembro) e uma grande marcha a Brasília (25 de novembro). A marcha pretende reunir também setores de oposição da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O objetivo é fazer uma ampla manifestação contra as reformas universitária e sindical, e a favor da reforma agrária.

Para Marina Barbosa, presidente do Andes-SN, a plenária foi uma vitória dos movimentos da área de Educação. “Provou, na prática, que a unidade é possível”. Rodrigo Pereira, diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE), concorda: “Esse foi um espaço importante porque unificou diversos setores em defesa da universidade pública com a intenção de barrar essa reforma proposta pelo governo. Nós vamos fazer o novembro vermelho”.

Entre os organizadores da Plenária Nacional estavam Andes – SN, diretores da oposição da UNE, executivas e federações de cursos, Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (ConLute), 31 diretórios centrais de estudantes e diversos sindicatos de trabalhadores em educação.

Agenda Acadêmica

• IV Congreso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas “Desafíos Sociales en América Latina en el Siglo XXI” - 4 a 7 de julho de 2004, Bratislava. Inscrições dos resumos das ponências: de 30 de outubro até 31 de dezembro de 2003.

Simposio “Integración, Democracia y Exclusión Social en América Latina”

La elección de la temática se justifica en discutir articulada las alternativas e impactos políticos y sociales de las formas de integración latinoamericana en un mundo cada vez más globalizado, marcado por la desigualdad social y de desarrollo.

Los avances de la globalización son acelerados en el plano de la economía y la mercantilización creciente de todos los aspectos de la vida social, sin embargo, sus impactos sobre el desempeño de los estados nacionales y las sociedades han planteado desafíos cada vez mayores para mantener la integración social. Desde el punto de vista político no sólo los estados nacionales han visto retaceado sus márgenes de acción, sino también las posibilidades de los Estados de Bienestar en crisis de asegurar los derechos sociales básicos para el ejercicio de una ciudadanía plena y una democracia consolidada. Los procesos de democratización reciente en América Latina ven pues jaqueados sus posibilidades de integración política entre la valorización de las instituciones y libertades públicas y las dificultades de afianzar una ciudadanía ampliada. Esto nos lleva al desafío de la integración y la inclusión social como un imperativo cada vez más crucial en un contexto regional de fuerte desigualdad y fragmentación de las sociedades.

La problemática de la integración regional, justamente sintetiza al mismo tiempo, las presiones de una economía mundial cada vez más competitiva y desigual, con la necesidad de formular alternativas de modelos de integración regional que incorporen en pie de igualdad el establecimiento de mecanismos de integración social en un contexto latinoamericano de exclusión social y fragmentación política.

El énfasis del Simposio se orienta a debatir tres ejes de suma relevancia social y fuertemente vinculados:

- 1) Modelos alternativos de integración latinoamericana: MERCOSUR, ALCA y UNION EUROPEA
- 2) La cuestión democrática en latinoamérica. Nuevos y viejos sujetos políticos. La construcción de la ciudadanía, la educación y los derechos humanos.
- 3) Exclusión social, nuevas formas de movilización colectiva y conflictos sociales en América Latina.

El simposio cuenta con el auspicio de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo que es un red de universidades públicas de los países de Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay para el fomento de la integración académica regional.

• IX Congresso de La Solar

Sociedade Latino Americana de Estudos sobre America Latina y el Caribe

Tema: “ A integração da diversidade racial e Cultural do novo mundo”. Data: 22 à 26 de novembro. Local: Campus da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - R. São Francisco Xavier ,524 - Maracanã.

• 13ª SEMIC (Semana de Iniciação Científica)

Data: 08 a 12 de Novembro. Local: Campus da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - R. São Francisco Xavier ,524 - Maracanã.

• 5ªSEMG (Semana de Graduação)

Data: 08 a 12 de Novembro. Local: Campus da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) - R. São Francisco Xavier ,524 - Maracanã.

Expediente

Reitor

Prof^o Nival Nunes de Almeida

Vice-reitor

Prof^o Ronaldo Martins Lauria

Sub-reitor de Graduação

Prof^a Raquel Marques Villardi

Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa

Prof^a Albanita Viana de Oliveira

Sub-reitor de Extensão e Cultura

Prof^a Maria Georgina Muniz Washington

Diretora do Centro de Ciências Sociais

Prof^a Rosângela Martins Alcântara Zagaglia

Coordenadora do PROEALC

Prof^a Dra. Silene de Moraes Freire

Editora Responsável

Prof^a Dra. Silene de Moraes Freire

Assistentes Editoriais

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Rosane Rezende de Lima (PROEALC/CCS/UERJ)

Colaboradores

Renata Mena Brasil (FSS/UERJ), Bruno Sayão Rosa (FSS/UERJ) e Verônica Massari Calvente (FSS/UERJ).

Projeto Gráfico

Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)

Diagramação

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)

Revisão

Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

(PROEALC/CCS/UERJ)